

Rodrigo Leite Ferreira Cabral

Manual do

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

À luz da Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime)

4ª | revista
edição | atualizada
ampliada

2023



1227305

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

C117m Cabral, Rodrigo Leite Ferreira.

Manual do Acordo de Não Persecução Penal / Rodrigo Leite Ferreira Cabral – 4. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

304 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-442-4012-0

1. Direito Processual Penal 2. Persecução Penal I. Cabral, Rodrigo Leite Ferreira II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	15
Capítulo 1	
INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 2	
FUNDAMENTOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL... 19	
2.1. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	19
a) Histórico do princípio da obrigatoriedade.....	21
b) Princípio da obrigatoriedade e teoria da pena.....	32
c) Por uma nova compreensão da obrigatoriedade	35
2.2. A EVOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL... 39	
a) Influências para a sua criação	40
b) Razões político-criminais para o Acordo de não persecução ...	47
c) Resolução 181/17-CNMP versus art. 28-A, CPP	57
2.3. PROCESSO PENAL E CONSENSO.....	68
a) ANPP e <i>plea bargain</i>	69
b) ANPP e transação penal	73
c) ANPP e suspensão condicional do processo.....	75
d) ANPP e colaboração premiada.....	77
Capítulo 3	
ARQUITETURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO..... 83	
3.1. NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	85
a) Negócio jurídico que veicula política criminal do Ministério Público	86
b) Obrigações assumidas como equivalentes funcionais da pena	90
3.2. REQUISITOS OBJETIVOS PARA O ANPP	93
a) Pena mínima inferior a quatro anos (CPP, art. 28-A, caput)	93

b)	Não cometido com violência ou grave ameaça (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	96
c)	Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	99
d)	Não seja admitida transação penal (CPP, art. 28-A, § 2º, I).....	109
e)	Inexistência de violência doméstica ou familiar ou razões da condição de sexo feminino (CPP, art. 28-A, § 2º, IV)	110
f)	Não ser caso de arquivamento (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	116
3.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS PARA O ANPP	117
a)	Sem reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo (CPP, art. 28-A, § 2º, II)	117
b)	Inexistência de acordo anterior (CPP, art. 28-A, § 2º, III).....	123
c)	Confissão formal e circunstanciada (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	124
3.4.	PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ANPP	138
a)	Plano da existência	140
b)	Plano da validade.....	144
c)	Plano da eficácia.....	147
3.5.	O OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	148
a)	Contextualização.....	148
b)	Reparar o dano ou restituir a coisa (CPP, art. 28-A, I)	151
c)	Renunciar a bens e direitos (CPP, art. 28-A, II)	165
d)	Prestar serviço à comunidade ou entidade pública (CPP, art. 28-A, III)	169
e)	Pagar prestação pecuniária (CPP, art. 28-A, IV)	174
f)	Cumprir outra condição (CPP, art. 28-A, V)	176
g)	Das obrigações do Ministério Público	180
h)	Da inclusão de cláusulas que estabeleçam deveres laterais de conduta	180
i)	Da inclusão de outros acordos no bojo do ANPP	183
3.6.	APRECIÇÃO JUDICIAL DO ANPP.....	184
a)	Da natureza jurídica da decisão que aprecia o ANPP.....	186
b)	Da homologação e fixação do local de cumprimento	188

c)	Da não homologação do ANPP	193
d)	Das consequências da não homologação do ANPP	201
e)	Da negativa do MP em propor o ANPP e sua eventual revisão	203
f)	Dos recursos no âmbito de aplicação do ANPP	213
3.7.	EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	214
a)	Competência para a execução do ANPP	216
b)	Fiscalização do cumprimento	219
c)	Cumprimento do acordo	220
d)	Descumprimento e Rescisão do acordo	221
e)	Extinção anormal do ANPP.....	224
f)	Recursos contra as decisões na execução do ANPP.....	224
3.8.	QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE O ANPP	225
a)	Ação penal privada e subsidiária da pública	225
b)	Juiz e Promotor Natural	229
c)	Pessoa Jurídica e ANPP	230
d)	Cumprimento dos atos processuais.....	234
e)	Nomeação de defensor	236
f)	Direito subjetivo do investigado?	237
g)	Audiência de custódia	240
h)	Justiça Militar e Eleitoral	241
i)	Crimes hediondos ou equiparados	248
j)	Foro especial por prerrogativa de função	249
l)	Processos penais em curso	250

Capítulo 4

CONCLUSÃO	263
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265
---	------------

ANEXO I

ART. 18 DA RES. 181/17-CNMP	274
--	------------

ANEXO II

MODELOS DE ANPP	278
MODELO 1	279
MODELO 2	286
MODELO 3	290

ANEXO III

MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	297
--	------------

ANEXO IV

MODELO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	300
--	------------

ANEXO V

MODELO DE DEVOLUÇÃO DO ANPP AO MP	302
--	------------